

FRANCO, VIRGÍLIO DE MELO

*rev. 1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937.

Virgílio Alvim de Melo Franco nasceu em Ouro Preto (MG) no dia 12 de julho de 1897, filho de Afrânio de Melo Franco e de Sílvia Alvim de Melo Franco. Às famílias de seus pais pertenceram, desde o Império, várias personalidades de grande projeção na vida política de Minas Gerais e do Brasil. Seu avô paterno, Virgílio Martins de Melo Franco, foi deputado provincial no Império e senador estadual em Minas Gerais entre 1892 e 1923. Seu avô materno, Cesário Alvim, foi deputado geral por Minas e presidente da província do Rio de Janeiro durante o Império. Na República, governou Minas de 1889 a 1890 e de 1890 a 1892, foi ministro da Justiça em 1890 e prefeito do Distrito Federal de 1898 a 1900. Seu pai foi deputado estadual de 1903 a 1906, deputado federal de 1906 a 1929, ministro da Viação de 1918 a 1919, embaixador permanente do Brasil junto à Liga das Nações de 1924 a 1926 e ministro das Relações Exteriores de 1930 a 1933; foi ainda presidente da Comissão Constitucional formada em 1932 para elaborar um anteprojeto de Constituição, voltando depois a atuar na política mineira como constituinte e deputado estadual de 1935 a 1937. Seu tio Afonso Arinos de Melo Franco foi escritor da escola regionalista, autor de *Pelo sertão* e membro da Academia Brasileira de Letras. Seu irmão, também chamado Afonso Arinos de Melo Franco, foi deputado federal por Minas Gerais desde a Constituinte de 1946 até 1959, senador pelo Distrito Federal e, depois, pelo estado da Guanabara de 1959 a 1967 e ministro das Relações Exteriores em 1961 e em 1962. Escritor, tornou-se também membro da Academia Brasileira de Letras. Outro irmão seu, Caio de Melo Franco, diplomata de carreira, foi embaixador do Brasil na França de 1953 a 1955.

Virgílio passou a infância no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Estudou nos colégios dos Padres do Verbo Divino, em Juiz de Fora (MG), e Dom Viçoso, na capital mineira. Em 1910 e 1911, passou um ano letivo estudando na Suíça, juntamente com seus irmãos, no Colégio Anglo-Suíço, perto de Lausanne. Em 1912, de volta ao Rio, ingressou no Colégio Pedro II. Matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1914 e formou-se em 1918.

No início da adolescência, foi entusiasta do marechal Hermes da Fonseca quando este disputou a presidência da República com Rui Barbosa, em 1910. Findo o governo Hermes,

em 1914, já se tornara “ruísta” e acompanhou o desenrolar da Primeira Guerra Mundial como adepto ardoroso dos Aliados. Pouco depois de iniciar o curso de direito, teve seu primeiro emprego como escrevente do cartório do tabelião Duarte de Abreu. Seu primeiro cargo público foi o de chefe de gabinete de seu pai quando este ocupou a pasta da Viação no governo de Delfim Moreira (1918-1919). Em seguida acompanhou o pai, que chefiou a delegação brasileira à I Conferência do Trabalho, realizada em Washington no limiar de 1920. Durante a viagem conheceu Carlos Sampaio, que foi convidado pelo presidente Epitácio Pessoa a ser prefeito do Distrito Federal a partir de julho de 1920, e o chamou para ser seu oficial de gabinete. Exerceu o cargo durante alguns meses e nesse período começou a colaborar na imprensa, escrevendo artigos para *O Jornal*. Ainda em 1920-1921, colaborou na revista *Fon-Fon* com o pseudônimo de Gonçalo Alves.

AS “CARTAS FALSAS” E O “DEPUTADO SUÍÇO”

Como seu pai, Virgílio de Melo Franco apoiou a candidatura de Artur Bernardes à presidência da República nas eleições de 1922. A debilidade do apoio jornalístico a Bernardes levou à fundação de um novo matutino no Rio, *O Dia*, com capitais vindos de Minas. Juntamente com Inácio Azevedo do Amaral e Tristão da Cunha (José Maria Leitão da Cunha Filho), Virgílio foi um dos diretores de *O Dia*, que começou a ser publicado em fevereiro de 1921.

Em fevereiro de 1922, um mês antes das eleições, Virgílio de Melo Franco foi encarregado por Bernardes de viajar à Europa para obter de especialistas laudos que demonstrassem não serem de sua autoria as cartas que haviam sido publicadas no *Correio da Manhã* em outubro de 1921, com alusões ofensivas às forças armadas. Bernardes pretendia demonstrar que as “cartas falsas” tinham apenas o objetivo de incompatibilizá-lo com os militares. Após uma tentativa infrutífera em Bordéus (França), Virgílio conseguiu obter de peritos de Lausanne e Roma documentos negando autenticidade às cartas.

Voltando ao Brasil em agosto de 1922, Virgílio encontrou *O Dia* fechado: com a vitória de Bernardes, haviam-se esgotado a missão do jornal e o fluxo de recursos que o mantinha. Mesmo ausente do país, fora eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM) para completar o mandato de Garibaldi de Castro Melo, por sua vez eleito para o Congresso Nacional. Seria reeleito em 1923 e em 1927 para mandatos de três anos.

Por não ter feito campanha, pelo pouco interesse que lhe despertava a política estadual e por encurtar tanto quanto podia suas permanências em Belo Horizonte, ficou conhecido como o “deputado suíço”.

Além de deputado estadual, Virgílio trabalhou como fiscal de bancos, cargo para o qual fora nomeado por Epitácio Pessoa. Freqüentador da alta sociedade carioca e aficcionado do turfe, foi levado por seu parente e amigo Lineu de Paula Machado para a diretoria do Jockey Clube Brasileiro. Aproximou Paula Machado de Bernardes e valeu-se também de suas relações com o presidente para ajudar seu amigo Francisco de Assis Chateaubriand a comprar, em 1924, *O Jornal*, no qual continuou a colaborar. Suas relações sociais propiciaram-lhe ainda, segundo Carolina Nabuco, a realização de bons negócios. Foi o caso da compra, para os irmãos Guinle, de terras e fazendas cujo proprietário principal era o conde de Modesto Leal, amigo de seu pai. Nessas terras, localizadas no estado do Rio, os Guinle formaram a empresa Fazendas Reunidas Normandia, que passou a fornecer grande parte do leite consumido no Rio e viria a se transformar, depois da Revolução de 1930, ao passar das mãos de seus proprietários para o governo, no núcleo inicial da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL). Virgílio foi advogado e, durante curto período, diretor da empresa.

APOIO AO TENENTISMO E À ALIANÇA LIBERAL

Foi durante o governo de Washington Luís (1926-1930) que Virgílio de Melo Franco começou a usar seu mandato de deputado estadual para desenvolver intensa ação oposicionista, que se traduziu também em sua colaboração no *Diário Carioca* e o levou a se aproximar dos “tenentes”, a jovem oficialidade do Exército que desde a revolta de 5 de julho de 1922 estava em conflito aberto com o governo central. Essa trajetória oposicionista iria transformá-lo num dos protagonistas da Revolução de 1930.

Contra a candidatura de Júlio Prestes às eleições de março de 1930 para a presidência da República, apoiada por Washington Luís, formou-se em 1929 o movimento da Aliança Liberal, reunindo os presidentes de Minas Gerais (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada), Rio Grande do Sul (Getúlio Vargas) e Paraíba (João Pessoa) em torno das candidaturas dos dois últimos para presidente e vice-presidente, respectivamente. O programa da Aliança Liberal propunha a concessão de uma anistia ampla a todos os presos políticos, processados e

perseguidos desde o 5 de julho de 1922, e ainda, capitaneando uma série de reformas políticas, o voto secreto.

À medida que se aproximava a data das eleições, os políticos mais radicais da Aliança Liberal, entre os quais Virgílio de Melo Franco, João Neves da Fontoura e José Antônio Flores da Cunha, foram reforçando sua convicção de que Washington Luís impediria por todos os meios a vitória dos candidatos oposicionistas. Começaram eles assim a contemplar a hipótese de desencadear um movimento armado contra o governo federal. Em fins de 1929, passaram a ser procurados por oficiais revolucionários de 1922 e 1924, como Antônio de Siqueira Campos, Newton Estillac Leal, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora, Leopoldo Néri da Fonseca, Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias. Esses contatos eram feitos no Rio, sendo Virgílio o principal intermediário entre os “tenentes” e os veteranos chefes políticos. Ao mesmo tempo, no Rio Grande do Sul, Osvaldo Aranha, secretário de Justiça do governo de Vargas, recebia Luís Carlos Prestes, então chefe supremo dos “tenentes” revolucionários.

Essa primeira fase do movimento conspirativo não implicava, ainda, uma preparação para a luta armada. Os contatos eram realizados paralelamente à propaganda eleitoral da Aliança Liberal, que obtinha um apoio popular crescente. A alguns dos participantes dos contatos que Virgílio intermediava, como o presidente mineiro Antônio Carlos, repugnava a idéia de uma revolução.

PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 1930

Com a vitória de Júlio Prestes, ganhou alento a perspectiva de um movimento armado. Em 19 de março de 1930, contudo, o chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Antônio Augusto Borges de Medeiros, deu uma entrevista reconhecendo a vitória do candidato oficial e conclamando o governo gaúcho a cooperar com o eleito.

Ao mesmo tempo, entrou em contato com Virgílio, no Rio, João Batista Luzardo, um dos dirigentes do Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul, que lhe afirmou estarem as forças políticas gaúchas dispostas a adotar o caminho armado, sob a condição de que seu estado fosse acompanhado por Minas e pela Paraíba. Em 22 de março, foram ambos a Petrópolis (RJ) para entrar em entendimentos com o ex-presidente Epitácio Pessoa. Epitácio lhes disse que, antes de se pronunciar sobre a perspectiva da rebelião aberta,

preferia aguardar a tomada de posição de Antônio Carlos. Virgílio e Batista Luzardo seguiram imediatamente para Juiz de Fora (MG), onde se entrevistaram com o presidente de Minas. Luzardo foi autorizado a declarar aos chefes políticos gaúchos e a Eptácio Pessoa que Antônio Carlos e seu estado aceitariam a solução sediciosa caso o Rio Grande do Sul a adotasse.

Em 25 e 26 de março, Luzardo se reuniu em Porto Alegre com Osvaldo Aranha, Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, todos envolvidos na conspiração, e com Getúlio Vargas. De volta ao Rio no dia 28, relatou a Virgílio o resultado de seus contatos: Borges de Medeiros havia retificado suas declarações relativas à eleição de Júlio Prestes, Getúlio não deixara dúvidas quanto à sua disposição de desencadear o movimento, e Osvaldo Aranha se encontrava em plena atividade conspiratória.

Virgílio e Luzardo refizeram então o roteiro anterior. Antônio Carlos os autorizou a convidar o coronel João Xavier de Brito para dirigir, em Minas, a preparação revolucionária. Como Xavier de Brito estivesse doente, em estado desesperador, convidaram em seu lugar o capitão Néri da Fonseca e passaram a aguardar, no Rio, a chegada de Luís Aranha, que viria do Rio Grande do Sul com plenos poderes para discutir com Minas e com a Paraíba os termos em que os três estados se comprometeriam a entrar na revolução.

No dia 12 de abril, Virgílio, Luzardo e Luís Aranha transmitiram a Eptácio Pessoa o esquema de preparação do movimento. Osvaldo Aranha acelerava a conspiração, encomendando na Tchecoslováquia cerca de 16 mil contos de réis em material bélico e munições. O Rio Grande do Sul deveria participar com a metade dessa soma, cabendo seis mil contos a Minas e dois mil à Paraíba. Os três obtiveram em seguida o apoio resolutivo de Artur Bernardes e seguiram para Belo Horizonte, onde conversaram com Antônio Carlos e seus secretários de Justiça — Francisco Campos — e da Agricultura — Djalma Pinheiro Chagas. Ficou combinado que Minas daria a contribuição estipulada e que Francisco Campos acompanharia Luís Aranha ao Rio Grande do Sul, para verificar *in loco* o andamento dos preparativos.

Francisco Campos ficou no Rio Grande do Sul entre 18 e 27 de abril, quando voltou ao Rio de Janeiro. Depois de se entrevistar com Artur Bernardes, seguiu para Minas com Virgílio e

o capitão Néri da Fonseca. Antônio Carlos autorizou o início da preparação material do movimento.

Virgílio funcionou nessa fase como agente de ligação do setor mineiro com os demais, passando todo o tempo em viagens entre o Rio, Minas e São Paulo, sempre seguido pela polícia. Além disso, como o governo mineiro estivesse sem recursos financeiros que lhe permitissem pagar os seis mil contos devidos ao Rio Grande do Sul, e como suas operações de crédito no exterior estivessem sendo vigiadas pelo governo federal, Virgílio, usando suas relações sociais e de negócios, levantou três mil contos de réis, dos quais dois mil foram imediatamente enviados aos revolucionários gaúchos.

Em 1º de junho, Vargas lançou um manifesto à nação, denunciando os procedimentos do governo federal no processo eleitoral e afirmando não estar longe “a necessária retificação, para vermos a democracia brasileira no regime que exige a felicidade pátria”.

Dias depois, Virgílio voltou a Belo Horizonte para nova conversa com Antônio Carlos, acompanhando Pedro Ernesto Batista e Néri da Fonseca. Pedro Ernesto informou então que fora escolhida a data de 16 de julho, a ser confirmada oportunamente, para a deflagração do movimento. O presidente de Minas mostrou-se hesitante e criticou o que considerava como precipitação dos revolucionários gaúchos, pedindo a Pedro Ernesto que se fizesse portador dessa opinião.

Virgílio permaneceu em Belo Horizonte, já que, no Rio, passara a ser alvo de uma vigilância policial mais cerrada. Nesse período, ele e seus companheiros adotaram a tática de dar a Antônio Carlos uma visão artificialmente otimista da preparação do movimento. Mas não puderam impedir que, em meados de junho, o presidente do estado os acusasse de o estarem envolvendo, e a Minas Gerais, numa “aventura louca”. Segundo Virgílio, Antônio Carlos se mostrava “irredutível nos seus propósitos de fazer abortar o movimento”. Essa opinião é confirmada pelo fato de, em 17 de junho, Antônio Carlos ter ordenado a Francisco Campos que mandasse a Osvaldo Aranha um radiograma (cifrado, como todas as comunicações entre os conspiradores) em que considerava o movimento inteiramente sem articulação, deficientemente preparado e sem probabilidade de sucesso. Propunha ele uma concertação entre Minas e o Rio Grande do Sul com vistas a uma campanha política. Osvaldo Aranha respondeu instando o governo mineiro a se definir em relação à luta armada.

No dia 21, Francisco Campos voltou a se comunicar com Osvaldo Aranha, reiterando que Antônio Carlos preconizava, como diretriz, uma ação exclusivamente política, e concluindo com sua opinião de que o presidente mineiro queria evitar o movimento. Dois dias depois, veio a áspera resposta de Aranha: arcava o presidente de Minas com a inteira responsabilidade da desistência. Preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos procurou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas a Olegário Maciel, presidente estadual eleito em março. Virgílio, percebendo a manobra, obteve de Cristiano Machado, responsável pela pasta do Interior no secretariado escolhido por Olegário Maciel, que enviasse a este uma mensagem sugerindo-lhe uma resposta desencorajadora das pretensões de Antônio Carlos.

Em 27 de junho, depois de entendimentos realizados com a direção do PRM, Virgílio radiografou a Osvaldo Aranha dizendo-lhe que a situação não devia ser encarada com pessimismo, de vez que o presidente mineiro estava isolado em sua posição vacilante. Achava ainda que, se o Rio Grande do Sul exigisse o cumprimento do compromisso assumido, o próprio Antônio Carlos não faltaria à palavra dada. Osvaldo Aranha respondeu-lhe no dia seguinte: “Minha convicção você e eu vítimas mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe tão fraco que desanima os próprios soldados. Minha disposição inabalável abandonar vida política.” O recuo de Antônio Carlos deu por outro lado a Getúlio o pretexto de que precisava para recuar ele próprio. Osvaldo Aranha se demitiu da secretaria de Justiça do governo gaúcho. A primeira tentativa de desencadear a revolução fracassara.

Virgílio foi ao Rio para discutir a situação com João Neves, Lindolfo Collor e Maurício Cardoso, e acompanhou este último num novo périplo de conversações. Estiveram primeiro em Viçosa (MG), onde Virgílio obteve de Artur Bernardes uma carta dirigida a Olegário Maciel: “Não vejo saída digna para nós senão pela porta da revolução — única deixada aberta pelo inimigo.” Em Belo Horizonte, estiveram com Mário Brant e Djalma Pinheiro Chagas e resolveram voltar ao Rio, onde Maurício Cardoso aguardaria a chegada de Olegário Maciel, para entrevistar-se com ele na presença de Artur Bernardes e Lindolfo Collor. Ficou resolvido que Virgílio iria para o Rio Grande do Sul, onde atuaria na preparação do movimento armado e funcionaria como representante informal dos oposicionistas mineiros. Ele chegou a Porto Alegre na manhã de 27 de julho de 1930,

poucas horas depois da notícia de assassinato de João Pessoa em Recife. Entrou imediatamente em contato com Osvaldo Aranha e Getúlio, e visitou o quartel-general revolucionário na capital gaúcha. No início de agosto, recebeu a incumbência de conversar com o comandante do 8º Regimento de Infantaria (RI), sediado em Passo Fundo (RS), tropa mais próxima da fronteira com Santa Catarina e cuja neutralização era importante para a progressão das forças rebeldes rumo à capital federal. O comandante do 8º RI era o coronel Estêvão Leitão de Carvalho, que fora auxiliar de seu pai na Liga das Nações e em outras missões no exterior. Leitão de Carvalho concordou com todas as críticas de Virgílio ao governo de Washington Luís, mas declarou-se impedido de conspirar por sua consciência de militar, comprometendo-se apenas a guardar segredo da conversa.

No Rio, Maurício Cardoso falou com Olegário Maciel, que se declarou de acordo com o movimento armado, desde que ele ocorresse ainda sob o governo de Antônio Carlos, que lhe transmitiria a presidência de Minas em 7 de setembro. No Rio Grande do Sul, a preparação revolucionária ganhou alento com o regresso, em 14 de agosto, de João Alberto, que se retirara para Buenos Aires desde o fracasso de junho.

O estado-maior revolucionário que atuava na capital gaúcha era chefiado pelo coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Ele fora chamado a desempenhar essa função depois que Luís Carlos Prestes, até então considerado, segundo Virgílio, “no consenso de todos os elementos militares, e até mesmo da nação”, o chefe supremo da revolução, declinara, em maio, dos convites para liderá-la e proclamara sua adesão ao socialismo. Integravam ainda o estado-maior Osvaldo Aranha, João Alberto, Miguel Costa e Newton Estillac Leal. Virgílio, juntamente com os tenentes Herculino Cascardo, Armando Pinheiro de Andrade e Augusto Amaral Peixoto, era um dos auxiliares do estado-maior — o “tenente civil”.

Osvaldo Aranha marcara a deflagração do movimento para 26 de agosto, mas, poucos dias antes, ele e João Alberto chegaram à conclusão de que não havia preparação suficiente para que o movimento eclodisse antes da posse de Olegário Maciel. Numa situação marcada por desconfianças recíprocas entre os conspiradores dos diferentes estados, a notícia gerou uma grande tensão.

Mário Brant, Pinheiro Chagas e Pedro Ernesto dirigiram-se aos gaúchos afirmando que o movimento só seria possível até 7 de setembro. Antônio Carlos, por seu turno, comunicou-se diretamente com Getúlio para validar a hipótese de o movimento eclodir depois daquela

data, dizendo-se autorizado por Olegário Maciel a fazê-lo.

Em 11 de setembro, finalmente, Góis Monteiro e Osvaldo Aranha declararam a seus companheiros que a preparação estava concluída. No dia 25, Vargas e Osvaldo Aranha marcaram para 3 de outubro a data da deflagração da luta armada.

A revolução começou em Porto Alegre às 17:30h do dia 3 de outubro. Às 11 da noite estavam dominadas todas as guarnições militares da capital gaúcha, à exceção do 7º Batalhão de Cavalaria, comandado pelo coronel Benedito da Silva Acauã, que opôs encarniçada resistência aos rebeldes até constatar que seria inútil prosseguir lutando. Concordeu então em assinar uma rendição condicional, negociada por Góis Monteiro e redigida por Virgílio.

No dia 5, partiu de Porto Alegre rumo ao Rio o primeiro destacamento pesado dos revoltosos. Junto com esse destacamento seguiu João Alberto, acreditado como delegado militar da revolução em Santa Catarina e no Paraná. Virgílio foi um dos integrantes de seu estado-maior, incumbido de resolver as questões políticas. Chegaram ao Paraná em 10 de outubro. Em 24 de outubro, o quartel-general comandado por João Alberto, em Curitiba, recebeu a notícia da deflagração do movimento no Rio de Janeiro e da deposição de Washington Luís.

A ofensiva que estava sendo preparada em Itararé (SP), onde se concentravam 40 mil homens das tropas revolucionárias, foi suspensa por Góis Monteiro. Virgílio, Maurício Cardoso e Luís Aranha, do estado-maior de João Alberto, foram convocados por Góis para irem a Ponta Grossa (PR), onde o chefe militar e Vargas se mostravam apreensivos quanto ao rumo dos acontecimentos na capital da República. A junta governativa que assumira o governo mantinha uma atitude ambígua e havia nomeado o general legalista Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar, interventor federal em São Paulo.

Afrânio de Melo Franco fora nomeado ministro das Relações Exteriores pela junta ainda no dia 24. Góis Monteiro encarregou Virgílio de falar com seu pai para saber o que estava acontecendo. Afrânio disse não haver o que temer. A junta fizera apenas as nomeações indispensáveis à manutenção da ordem pública e aceitava que Vargas assumisse sua presidência.

Mas os planos de Getúlio não previam a partilha do poder, e ele encarregou Osvaldo Aranha de voar de Porto Alegre para o Rio, a fim de negociar com a junta sua posse no

governo da República. Em 3 de novembro, depois que a junta cedeu diante da ameaça de as tropas rebeldes prosseguirem em seu avanço rumo à capital, Vargas tornou-se chefe do governo provisório.

Virgílio, que chegou ao Rio em 29 de outubro, depois de 99 dias de ausência, não quis aceitar nenhum dos cargos que começaram a ser distribuídos entre os vitoriosos. Pretendia ser o interventor federal em Minas Gerais. No palácio do Catete e entre os tenentes, o cargo lhe era destinado. Osvaldo Aranha, em particular, estava empenhado em sua nomeação. Minas, porém, foi o único estado a não sofrer intervenção. Getúlio curvou-se às exigências das oligarquias mineiras e permitiu que Olegário Maciel continuasse no cargo para o qual fora eleito, conservando o título de presidente estadual.

Virgílio passou o final de 1930 e o início de 1931 doente. Em abril e maio, já recuperado, redigiu seu testemunho do movimento revolucionário. Escrito com vivacidade na base dos fatos ocorridos, veemente contra Washington Luís mas sóbrio em relação à atuação do autor, *Outubro, 1930* fez grande sucesso e teve quatro edições em dois meses. Em 27 de julho de 1931, Virgílio casou-se com Dulce de Melo Franco. Dulce era viúva de Alcides de Modesto Leal, filho do conde de Modesto Leal, e sobrinha de Alberto Boavista, do banco de mesmo nome.

O ROMPIMENTO COM VARGAS

Apesar de não ocupar qualquer cargo público, Virgílio exerceu no período pós-revolucionário grande influência na política brasileira. Continuando em contato com seus companheiros militares de conspiração, funcionava como uma espécie de representante dos “tenentes” junto aos círculos governamentais, aos quais tinha acesso pessoalmente e através de seu pai, que fora confirmado no Ministério do Exterior por Getúlio. Além de influir politicamente nos jornais *Diário Carioca*, de José Eduardo de Macedo Soares, e *O Radical*, de João Alberto, participou das negociações para a fundação de *A Nação*. A cadeia dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que já contava então com seis jornais cotidianos, recebeu instruções governamentais para ficar sob seu controle político.

Mas sua atuação estava voltada principalmente para Minas. A permanência de Olegário Maciel à frente do governo discrepava do que havia ocorrido no resto do país. Além disso, Maciel se aproximava dos 80 anos de idade. Osvaldo Aranha, nomeado ministro da Justiça,

continuava empenhado em fazer de Virgílio interventor, estimando que ele tinha todas as condições para comandar a integração de Minas nos marcos do processo revolucionário, sobrepondo-se às oligarquias ainda dominantes.

A situação no estado era marcada pelo confronto entre dois blocos de forças, ambos de extração oligárquica. De um lado, situavam-se as forças aglutinadas no PRM e lideradas por Artur Bernardes, que continuava detendo grande influência política. De outro, as forças alojadas no governo do estado, apoiadas pela Legião de Outubro, organização de caráter fascistizante fundada por Francisco Campos, Amaro Lanari e Gustavo Capanema, secretário de Justiça de Olegário Maciel.

Em agosto de 1931, o PRM realizou uma convenção em Belo Horizonte, articulada com um levante militar visando a depor Olegário Maciel e colocar Virgílio à frente do governo. O golpe contava com o apoio de Osvaldo Aranha e o beneplácito de Vargas. Artur Bernardes se deslocara para a capital mineira com vários correligionários.

A tentativa foi desfechada pelo comandante do 12º Regimento de Infantaria, o coronel Júlio Pacheco de Assis, em cumprimento a ordens transmitidas por Osvaldo Aranha. O tumulto criado pela convenção do PRM resultou na detenção de Bernardes e outros membros do partido. A ameaça de resistência da parte de Maciel e Capanema, respaldados pela Força Pública, fez com que o ministro da Justiça recuasse e ordenasse ao mesmo coronel Pacheco de Assis a defesa do governo do estado.

No fim do ano, as forças antagonistas começaram a negociar um acordo, por iniciativa de Getúlio. A ideia era fundir num só partido o PRM e a Legião de Outubro. Em fevereiro de 1932, essa aliança foi batizada de Acordo Mineiro e traduziu-se na criação do Partido Social Nacionalista (PSN). Virgílio foi um dos articuladores do PSN e integrou sua comissão diretora, ao lado, entre outros, de Venceslau Brás, Artur Bernardes e Antônio Carlos. Vargas, prosseguindo em suas tentativas de pacificação política, tentou em seguida dar-lhes cunho nacional, com o concurso da Frente Única Gaúcha (FUG) e de sua congênere paulista. Entretanto, os entendimentos nesse sentido fracassaram, e Virgílio, percebendo que o PSN não serviria de fato a propósitos de pacificação, renunciou a seu posto na direção desse partido.

Virgílio de Melo Franco apoiou Vargas e o governo de que seu pai fazia parte contra a Revolução Constitucionalista de 1932. Derrotada esta, as forças políticas iniciaram um

processo de reorganização com vista às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), marcadas para 3 de maio de 1933. Virgílio atirou-se então a uma nova tentativa partidária, tornando-se um dos articuladores da criação do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, situacionista tanto no plano federal como no estadual. O PP enfrentou e derrotou o PRM nas eleições para a Constituinte, fazendo 31 deputados, entre os quais Virgílio, contra seis do partido de Bernardes.

O sonho longamente acalentado por Virgílio pareceu poder tornar-se realidade no início de setembro de 1933, quando Olegário Maciel faleceu. Seu nome, apoiado pelos “tenentes”, apareceu contraposto ao de Gustavo Capanema, candidato dos interesses oligárquicos, na disputa pela nomeação para a interventoria em Minas Gerais. No primeiro momento, Getúlio optou por seu nome e chegou a preparar o decreto de nomeação, mostrando-o a seu pai. Recebeu, entretanto, a visita de Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul, que argumentou importar a nomeação de Virgílio no rompimento da maioria da bancada mineira na Constituinte, liderada por Antônio Carlos, com o governo.

A Constituinte iniciou seus trabalhos em 15 de novembro de 1933. Setores militares tentaram conquistar sua presidência para um constituinte simpático aos “tenentes”, cogitando de Virgílio ou do general Cristóvão Barcelos. Seria esse o passo inicial para a candidatura de Osvaldo Aranha à presidência da República, na eleição indireta que encerraria os trabalhos da Assembleia. Vargas anulou contudo a manobra, contando, em relação às pretensões de Cristóvão Barcelos, com a colaboração do próprio Virgílio, que era defensor de Antônio Carlos.

O ex-presidente de Minas foi eleito presidente da Constituinte e Virgílio substituiu-o na liderança da bancada mineira, a mais numerosa e em sua quase totalidade favorável a Capanema, que desde setembro havia assumido a interventoria em Minas em caráter provisório. Enquanto Flores da Cunha patrocinava o nome de Capanema, Osvaldo Aranha continuava a considerar Virgílio como o homem capaz de “repor Minas na revolução, política e administrativamente”.

No início de dezembro, Virgílio e Capanema fizeram um acordo mediante o qual acatariam a decisão do chefe do governo provisório, já que este manifestava a intenção de escolher um dos dois. Getúlio, para contornar esse pacto que o constrangia, resolveu, por outro lado, pedir à direção do PP que organizasse uma lista de cinco nomes. A lista, na verdade, foi

rascunhada por Antônio Carlos na presença de Vargas. Excluindo os nomes dos dois principais concorrentes, incluiu, porém, por iniciativa de Getúlio e para surpresa de Antônio Carlos, o de Benedito Valadares, deputado relativamente obscuro cuja eleição para a Constituinte fora providenciada por Olegário Maciel. Morto seu padrinho, Benedito Valadares ficara “órfão”. E foi justamente o fato de não pertencer a qualquer das duas correntes que levou Getúlio a nomeá-lo interventor, em 12 de dezembro de 1933, desagradando às oligarquias e aos “tenentes”. Em sinal de protesto, pediram exoneração dois ministros — Afrânio de Melo Franco e Osvaldo Aranha, então no Ministério da Fazenda. Vargas não aceitou os pedidos, mas Afrânio, ao regressar da IV Conferência Internacional Americana, em Montevideu, não voltou mais ao Ministério das Relações Exteriores. Osvaldo Aranha reassumiu sua pasta poucos dias depois. A comissão diretora do PP concordou em solidarizar-se com a nomeação de Benedito Valadares, contra o voto solitário de Virgílio, que renunciou à liderança do partido na Constituinte e resolveu fundar um jornal oposicionista em Belo Horizonte, a *Folha de Minas*, tendo como diretor e editorialista principal seu irmão Afonso Arinos.

Candidato à Câmara dos Deputados nas eleições de 14 de outubro de 1934, Virgílio foi eleito apenas terceiro suplente, vendo-se na contingência de fazer um acordo em Minas para assumir sua cadeira na bancada do PP. Em 1935, recebeu uma carta de Luís Carlos Prestes pedindo-lhe apoio à Aliança Nacional Libertadora (ANL), mas se manteve alheio a esse movimento.

Após a tentativa insurrecional comunista de novembro de 1935, Getúlio estabeleceu a censura aos jornais. A *Folha de Minas*, que até então vendia bem, começou a declinar, sendo Virgílio e Afonso Arinos obrigados a fechar o jornal.

Quando começou a se colocar na vida política nacional o problema da sucessão de Vargas prevista para 1938, Virgílio, juntamente com Cristiano Machado e José Francisco Bias Fortes, começou a atuar visando à escolha de um candidato mineiro. Mas, após o lançamento da candidatura do paulista Armando de Sales Oliveira, aderiu à candidatura de José Américo de Almeida. José Américo tinha o apoio proclamado de Vargas e da maioria dos deputados federais. Por incumbência do presidente da República, sua candidatura foi lançada oficialmente em São Paulo, em maio de 1937, por Benedito Valadares, que continuava à frente do Executivo mineiro.

As eleições não chegaram, contudo, a se realizar. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio comandou um golpe e estabeleceu a ditadura do Estado Novo. Fechado o Congresso Nacional, Virgílio ficou sem seu mandato e mais nenhum cargo público. Osvaldo Aranha, em protesto contra o golpe, renunciou a seu cargo de embaixador nos Estados Unidos e voltou ao Brasil. Em março de 1938, entretanto, reconciliou-se com Getúlio e assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Convidou Virgílio para assumir a embaixada brasileira em Washington, mas ele não aceitou. Estava definitivamente rompido com Vargas e com a política oficial.

O ESTADO NOVO E O *MANIFESTO DOS MINEIROS*

Virgílio de Melo Franco passou a dedicar-se então aos negócios. O mais importante deles foi o loteamento de terrenos adquiridos do conde Modesto Leal no bairro carioca do Jardim Botânico: ao lado de Otacílio Negrão de Lima, Virgílio de Melo Franco foi um dos fundadores e o administrador da Sociedade de Terrenos Urbanos Limitada (STUL). Mais adiante, fundou com seu sócio (com quem se desentenderia nos dois empreendimentos) a Companhia Pirapora, fornecedora de energia elétrica à cidade mineira de mesmo nome. A companhia tinha ainda uma pequena linha de navegação no rio São Francisco e algumas plantações. Depois de abandonar a Companhia Pirapora, continuou na STUL. Cultivou nesse período duas grandes amizades: a de José Francisco Bias Fortes, seu vizinho em Barbacena (MG), onde possuía uma fazendola; e a do escritor francês Georges Bernanos, chegado em 1930 ao Brasil, onde viveu até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em agosto de 1942 o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália, e a maior parte das forças políticas do país tendeu a uma linha de união nacional para fazer face ao esforço de guerra. Virgílio escreveu a Vargas: “Sinto-me perfeitamente à vontade para lhe fazer meu primeiro e último pedido. Confie-me V. Exa nesta hora sagrada de união nacional uma função qualquer — de preferência militar — onde acaso meus serviços possam ser úteis ao país.” Getúlio respondeu designando-o interventor federal no Banco Alemão Transatlântico, principal agência financeira do governo de Adolf Hitler no Brasil. Virgílio aceitou o encargo, mas não a remuneração e outras vantagens pecuniárias que o posto oferecia.

Em janeiro de 1943, quando Afrânio de Melo Franco faleceu, Vargas foi ao enterro e

visitou a família. Para agradecer-lhe o gesto, Virgílio voltou ao palácio do Catete depois de muitos anos de ausência. Recomeçou também a colaborar na imprensa, principalmente em *O Jornal*.

Seu pai morrera no dia da instalação solene da Sociedade Amigos da América (1º de janeiro de 1943), de cuja diretoria fazia parte. Virgílio ocupou-lhe imediatamente o lugar na entidade, que apoiava a participação do Brasil na guerra ao lado dos Aliados e desenvolvia uma pregação de cunho liberal, sob a presidência do general Manuel Rabelo, ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM).

Em 1943, Virgílio colaborou na revista *Diretrizes* com artigos semanais, em geral sobre política europeia. Em mais de uma ocasião auxiliou financeiramente a publicação que fora fundada por Samuel Wainer e que funcionou, procurando contornar a censura, como instrumento de resistência à ditadura.

No decorrer de 1943, um grupo de políticos opositores mineiros se reuniu frequentemente em almoços no Rio: Virgílio e Afonso Arinos, Luís Camilo de Oliveira Neto, Odilon Braga, Pedro Aleixo e José de Magalhães Pinto. Queriam, aproveitando a marcha vitoriosa dos Aliados na guerra que se travava na Europa — com repercussões anti-Estado Novo no Brasil —, promover uma manifestação de personalidades de Minas Gerais a favor da democratização. Definida por Afonso Arinos e Odilon Braga a forma de um manifesto, um anteprojeto foi preparado por este último e levado ao escritório de Virgílio no Banco Alemão Transatlântico, onde se encontravam ainda Dario de Almeida Magalhães e Adauto Lúcio Cardoso. Virgílio redigiu um segundo esboço e Dario um terceiro. Após várias reuniões, verificando-se a impossibilidade da adoção de um dos três textos, Virgílio se encarregou de fundi-los num só, que foi levado a Minas e recebeu modificações e acréscimos de Milton Campos e Pedro Aleixo. Finalmente retocado por Afonso Arinos, o *Manifesto dos mineiros* foi distribuído clandestinamente com a data de 24 de outubro de 1943 (13º aniversário da Revolução de 1930), trazendo 76 assinaturas, às quais se juntaram posteriormente outras 16.

“Mal algum poderá advir, para o esforço de guerra do Brasil, do estudo e da preparação de planos para a ponderada reestruturação constitucional da República”, dizia o manifesto, acrescentando: “Se lutamos contra o fascismo... para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos

os direitos que as caracterizam.”

Getúlio preferiu responder ao documento com represálias econômicas. Todos os signatários do *Manifesto dos mineiros* que ocupavam cargos públicos foram demitidos. Virgílio, exonerado da interventoria no Banco Alemão Transatlântico em 7 de dezembro e prevendo as dificuldades que seu nome poderia trazer às diversas companhias privadas de que era diretor ou conselheiro, apresentou sua renúncia à Companhia Nacional de Cimento Portland, ao Banco Brasileiro de Crédito, ao Banco Mercantil de São Paulo, à Companhia Níquel Tocantins e à Companhia Frigorífico Iguaçu, ficando apenas na STUL, de que era o maior cotista.

Em 7 de setembro de 1944, Getúlio discursou acenando com a perspectiva de eleições logo após o fim da guerra. Nas semanas seguintes, Virgílio, juntamente com Juarez Távora, José Eduardo do Prado Kelly, Juraci Magalhães e Ari Parreiras, foi um dos articuladores da candidatura de Eduardo Gomes à sucessão presidencial.

Nos últimos dias do ano, a polícia carioca efetuou algumas prisões “em caráter preventivo”, sem dar maiores explicações. Virgílio, Adauto Lúcio Cardoso, Rafael Correia de Oliveira, Austregésilo de Ataíde e Dario de Almeida Magalhães passaram o Natal e o Ano Novo recolhidos ao Regimento de Cavalaria da Polícia Militar.

No final de janeiro de 1945, foi realizado em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), onde vigorava uma aliança de liberais e comunistas contra o regime ditatorial. Virgílio, que havia sido eleito para a ABDE quando se encontrava preso, foi delegado do Distrito Federal ao congresso, que aprovou uma declaração de princípios unânime em favor da democracia, contribuindo para abreviar o desmonte do Estado Novo.

Em 8 de fevereiro, Virgílio deu a *O Globo* uma entrevista reclamando plenas liberdades para as eleições que se anunciavam e afirmando que seus resultados seriam acatados com serenidade pelos opositores. Preconizou também o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Empenhou-se em seguida na articulação de um acordo entre todos os jornais do Rio para que estampassem, num mesmo dia, uma notícia que tivesse sido vetada ou não submetida à Divisão de Censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Fez várias tentativas fracassadas, juntamente com Luís Camilo de Oliveira Neto, até que os dois obtiveram de José Américo de Almeida que desse uma

entrevista — cujo teor foi francamente antiditatorial — a Carlos Lacerda. O texto foi entregue a vários jornais, mas coube ao *Correio da Manhã* dar o golpe de misericórdia na censura à imprensa, publicando a entrevista em 22 de fevereiro, com enorme repercussão. Em sua edição do mesmo dia, à tarde, *O Globo* lançou publicamente a candidatura de Eduardo Gomes.

No dia 28 de fevereiro, Vargas assinou a Lei Constitucional nº 9, prevendo eleições gerais, cuja data de realização viria a ser marcada 90 dias depois, através de decreto-lei. O mês de março foi pontilhado de manifestações antiditatoriais — de oposicionistas, como Prado Kelly, de figuras que haviam sido ligadas ao regime, como Francisco Campos, de professores de direito, de jornalistas e de escritores. Para contra-arrestar a candidatura de Eduardo Gomes, Vargas fez com que seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, se lançasse também candidato à presidência. Coube ao interventor mineiro Benedito Valadares fazer o lançamento oficial da candidatura, em São Paulo.

A CRIAÇÃO DA UDN E A QUEDA DE VARGAS

Em torno da candidatura de Eduardo Gomes, por outro lado, foram se aglutinando participantes dos diversos movimentos e ações anti-Estado Novo que tinham progressivamente ganhado alento desde a entrada do Brasil na guerra. Essa aglutinação tomou corpo a partir de fins de fevereiro, incorporando lideranças dos antigos partidos estaduais, e desembocou na criação da União Democrática Nacional (UDN), que realizou sua primeira convenção nacional em 7 de abril de 1945. Em 21 de abril, três dias depois da concessão da anistia aos presos políticos pelo governo, uma segunda reunião da UDN designou seu primeiro diretório nacional, de 47 membros, entre os quais se incluía Virgílio. Nesse período, Virgílio foi um dos dirigentes udenistas que não se furtavam aos contatos com oposicionistas de todos os matizes, inclusive os comunistas. Esteve com Luís Carlos Prestes, mas pouco depois considerou que o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, então chamado Partido Comunista do Brasil (PCB), passara a “prestigiar o criador do Estado Novo”, atitude que “vinha quebrar a frente das forças populares e da unanimidade das elites intelectuais que se firmara no I Congresso Brasileiro de Escritores”. Em 28 de maio, as eleições foram marcadas para 2 de dezembro. Em 16 de junho, Eduardo Gomes apresentou em São Paulo a plataforma eleitoral da UDN. Em 17 de julho, a primeira

convenção nacional do Partido Social Democrático (PSD) homologou a candidatura de Dutra. Um mês depois, o diretório nacional da UDN aprovou a redação definitiva dos estatutos do partido e designou sua comissão executiva, presidida por Otávio Mangabeira e integrada por Valdemar Ferreira, Raul Fernandes, Odilon Braga, João Carlos Machado, Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti, José Augusto Bezerra de Medeiros e Filipe Moreira Lima. Virgílio foi designado secretário-geral da UDN.

Getúlio foi derrubado do poder por um golpe de Estado militar no dia 29 de outubro de 1945, quando crescia o movimento “queremista”, favorável à sua permanência na presidência paralelamente ao funcionamento de uma assembleia nacional constituinte. Assumiu seu lugar à frente do Executivo o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares. Confirmada a realização das eleições em 2 de dezembro, Virgílio dedicou-se inteiramente à campanha de Eduardo Gomes, recusando-se a ser incluído na relação de candidatos da UDN a deputado federal constituinte e preferindo influir no sentido da inclusão dos nomes de seu irmão, Afonso Arinos, e de José de Magalhães Pinto.

Nas eleições, Dutra teve 3.251.507 votos, contra 2.039.341 dados a Eduardo Gomes: respectivamente, 54% e 34% dos votantes. O PSD elegeu 26 senadores, contra dez da UDN e dois da coligação UDN-Partido Republicano (PR), e 151 deputados federais, contra 80 da UDN e três da coligação UDN-PR. Virgílio foi particularmente atingido pela derrota de seu partido e de Eduardo Gomes, os quais considerava expressões por excelência da luta antiditatorial, e pela vitória do PSD, formado por Vargas através dos interventores e do ministro da Guerra do Estado Novo, o general Dutra.

A posse do novo presidente foi em 31 de janeiro de 1946. Em abril, Virgílio reuniu anotações e documentos sobre o processo de formação da UDN e publicou *A campanha da UDN (1944-1945)*. Nesse livro, afirmava que “a grande campanha de que emergimos não terá sido estéril se, além do reinício do jogo das instituições democráticas, tiver dado ao país o grande ‘partido de centro inclinado para a esquerda’, em que Roosevelt sintetizava seu idealismo político”.

A OPOSIÇÃO A DUTRA

Em maio de 1946, realizou-se uma convenção nacional da UDN. Nessa ocasião, Dutra ofereceu dois ministérios de seu governo aos udenistas. Sucederam-se as discussões

no diretório nacional da UDN, com Virgílio opondo irreduzível resistência à aceitação do acordo com Dutra, que era patrocinado pelo presidente do partido, Otávio Mangabeira. Mangabeira pensava na sucessão de Dutra, em 1950. Virgílio via em seu governo a continuação do Estado Novo, o que tornava impraticável qualquer acordo.

Em dezembro, os udenistas Raul Fernandes e Clemente Mariani foram nomeados, respectivamente, ministros das Relações Exteriores e da Educação e Saúde. A aceitação dos dois ministérios, fato consumado, mas que contava com a simpatia da direção udenista, foi submetida à votação e aprovada por ampla maioria. Isto levou Virgílio a renunciar ao cargo de secretário-geral do partido, para o qual foi designado Aliomar Baleeiro. Virgílio escreveu uma carta aberta a Otávio Mangabeira afirmando que em janeiro, antes da posse de Dutra, começara a “sentir que se prenunciava uma certa tendência demissionária nas nossas hostes”. Recusou o convite de Mangabeira e Raul Fernandes para representar a UDN na missão brasileira à Conferência de Paz, realizada em Paris em fevereiro de 1947.

Em janeiro de 1947, Otávio Mangabeira foi eleito governador da Bahia e passou a presidência do partido a José Américo de Almeida, mas sua política de colaboração com Dutra prosperaria, resultando no estabelecimento do “acordo interpartidário” (PSD, UDN e PR) um ano depois. O acordo garantiu a Dutra tranquila maioria para a aprovação no Congresso das matérias de maior importância. O que importava aos três partidos era, antes de tudo, a sucessão presidencial de 1950, que muitos políticos pretendiam ver resolvida sem disputa.

Ao deixar a secretaria geral da UDN, Virgílio foi indicado presidente da seção mineira do partido, em substituição a Pedro Aleixo, convocado por Milton Campos para integrar seu secretariado. Milton Campos, udenista, fora eleito governador de Minas Gerais em janeiro de 1947 por uma coligação partidária. Virgílio contara ser chamado a auxiliá-lo no governo mineiro, mas isto não ocorreu.

Encerrado em maio de 1948 seu mandato, Virgílio foi reconduzido à presidência da UDN mineira pela convenção nacional do partido. Atuou na política de seu estado com a orientação de unificar os udenistas. No plano nacional, queria que a UDN tivesse um candidato próprio — o brigadeiro Eduardo Gomes — à sucessão de Dutra. Com vista a essas eleições, foi procurado pelo deputado federal pessedista Juscelino Kubitschek para discutir o estabelecimento de um acordo entre a UDN e o PSD mineiros. Considerava que a

iniciativa em matéria de sucessão presidencial deveria partir dos políticos interessados, sem interferência do palácio do Catete.

Sua última iniciativa na área da imprensa foi a fundação, em 1948, do semanário *Política e Letras*, de vida efêmera.

Virgílio de Melo Franco morreu assassinado em sua casa do Jardim Botânico, no Rio, em 29 de outubro de 1948. Seu assassino foi um ex-empregado doméstico, Pedro Santiago Pereira, que ele matou também ao revidar os disparos recebidos. O crime, cujas motivações reais nunca foram desvendadas, permanece envolto em mistério.

Não teve filhos de seu casamento com Dulce de Melo Franco.

Escreveu *Outubro, 1930* (1931), *A campanha da UDN (1944-1945)* (1946) e *Sob o signo da resistência* (1947). Foi biografado por Carolina Nabuco em *A vida de Virgílio de Melo Franco* (1962).

O arquivo de Virgílio de Melo Franco encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Mauro Malin

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BENEVIDES, M. *UDN*; BOMENY, H. *Estratégia*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; CONG. BRAS. *ESCRITORES I*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; *Correio da Manhã* (6/7/1947); COUTINHO, L. *General*; *Cronologia da Assembléia*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. BARRETO, A.; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Mendes*; FRANCO, A. *Escalada*; FRANCO, V. *Campanha*; FRANCO, V. *Outubro*; GODINHO, V. *Constituintes*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; HORTA, C. *Famílias*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (25/10/1980); KUBITSCHKE, J. *Meu*; LEVINE, R. *Vargas*; MENESES, R. *Dic.*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945; SOUSA, J. *Índice*; TORRES, J. *História de Minas*.